DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE (DPE/AC)**VI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DE NÍVEL I****PROVA ORAL****DIREITO CONSTITUCIONAL****PONTO 2: NOVA CONSTITUIÇÃO E ORDEM JURÍDICA ANTERIOR: RECEPÇÃO, REPRISTINAÇÃO, DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO, RECEPÇÃO MATERIAL DE NORMAS CONSTITUCIONAIS**

Defina recepção, repristinação, desconstitucionalização e recepção material de normas constitucionais.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

6 Nova Constituição e ordem jurídica anterior: recepção, repristinação, desconstitucionalização, recepção material de normas constitucionais.

PADRÃO DE RESPOSTA

Recepção: consiste no acolhimento que uma nova constituição posta em vigor dá às leis e aos atos normativos editados sob a égide da Carta anterior, desde que compatíveis consigo. O fenômeno da recepção, além de receber materialmente as leis e atos normativos compatíveis com a nova Carta, também garante a sua adequação à nova sistemática legal.

Repristinação: instituto pelo qual se restabelece a vigência de uma lei revogada pela revogação da lei que a tinha revogado. Por exemplo: a lei A é revogada pela lei B; advém a lei C, que revoga a lei B e estabelece que a lei A volte a vigor. Deve haver dispositivo expresso, não existindo repristinação automática (nem a Constituição Federal pode repristinar automaticamente uma lei).

Desconstitucionalização: é nome técnico que se dá à manutenção em vigor, perante uma nova ordem jurídica, da Constituição anterior, que, porém, perde sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum. Tal fenômeno não encontra acolhida no sistema constitucional brasileiro.

Recepção material de normas constitucionais: fenômeno do direito constitucional intertemporal pelo qual normas de uma Constituição anterior são recepcionadas pela nova Constituição, ainda com o *status* de normas constitucionais. No direito brasileiro, há quatro requisitos para a recepção material de normas constitucionais: i) não contrariedade com as normas fundamentais da nova Constituição; ii) disposição expressa da recepção no texto da nova Constituição, como forma de assegurar a segurança das relações jurídicas e a autonomia do poder constituinte originário; iii) prazo determinado, pois só podem permanecer como normas constitucionais de forma temporária e excepcional, devido ao caráter precário do fenômeno; e iv) incidência somente sobre parte das normas constitucionais pretéritas, não sendo possível a recepção material de todas as normas da Constituição anterior.